



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política social e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase em Controle social e Sujeitos Políticos.

O PROGRAMA DE BRAÇOS ABERTOS E O PROGRAMA REDENÇÃO EM SÃO PAULO: UMA REFLEXÃO SOBRE SUAS PRINCIPAIS DIFERENÇAS SOB A ÓTICA DO SERVIÇO SOCIAL

Jaqueline Carneiro Pinto¹

Resumo: O escopo dessa pesquisa é a análise de distintos programas sociais implementados em São Paulo, entre 2014 e os dias atuais, para lidar com a questão dos usuários e do tráfico de drogas, num local popularmente conhecido como “Cracolândia”. Objetiva compreender suas principais diferenças e investigar quais foram os impactos obtidos, traçando paralelos com o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Palavras-chave: Cracolândia; São Paulo; Programas Sociais.

Abstract: This survey analyses different social programs implemented in São Paulo, in a period between 2014 and nowadays, to deal with the issue of drugs users and drug trafficking, in a place known as “Cracolândia”. The objective of this study is to understand the difference between these social programs and investigate the social impacts, in a dialogue with the social work’s ethical and political project.

Keywords: Cracolândia; São Paulo; Social Programs.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa pretende discutir e analisar os dois últimos programas sociais implantados no município de São Paulo (SP) para enfrentar a questão do consumo frequente e do tráfico intenso de crack e outras drogas em uma região específica da cidade. Compreendendo a complexidade do tema, busca-se realizar uma discussão séria, pautada em fontes e dados sólidos, apoiando-se também em posicionamentos e conceitos teórico-científicos do Serviço Social, principalmente.

Trata-se, portanto, de pesquisa bibliográfica, que realiza uma argumentação com base em pesquisas e relatórios existentes sobre os programas, além de dados divulgados em grandes veículos de comunicação para compreendê-los e compará-los. Pois compreende-se a importância ética de desvelar as intencionalidades e efeitos dos programas e/ou projetos nos quais os (as) assistentes sociais atuam.

Para tanto, inicialmente fez-se necessário abordar as relações entre política social, programa e/ou projeto social e o Serviço Social para compreender como estes estão imbricados, o que significam e a devida importância que possuem, para que então pudessemos adentrar especificamente na análise dos programas. Nesta parte da pesquisa,

¹ Profissional de Serviço Social. Colégio Dom Pedro II. E-mail: <jaqueline.carneiro@gmail.com>.

recorreu-se a literatura básica do Serviço Social sobre o tema para as explicações pertinentes e fundamentação.

Em seguida, apresenta-se uma contextualização do histórico da “Cracolândia”, explanando o que originou seu surgimento e manutenção, bem como quais foram as atuações do poder público até 2014, quando foi implantado o primeiro programa alvo dessa pesquisa. Ainda neste capítulo, discorre-se sobre esse programa, indicando suas diretrizes, seus objetivos, os órgãos responsáveis, além de apresentar os resultados quantitativos e qualitativos apurados por uma pesquisa realizada por órgão não governamental.

No último capítulo, aborda-se o segundo programa alvo de análise, em que são apresentadas as mesmas questões citadas acima, mas, por inexistência de pesquisa elaborada sobre o programa em questão, são apresentados resultados em menor quantidade, com base em dados oficiais do governo e/ou pela mídia. Por fim, na conclusão, ficam estabelecidas as comparações mais significativas entre os programas, de forma a demonstrar qual deles está mais alinhado com os valores e princípios do projeto ético-político do serviço social, além do aprofundamento das reflexões.

AS RELAÇÕES ENTRE POLÍTICA SOCIAL, PROGRAMAS E/OU PROJETOS SOCIAIS E O SERVIÇO SOCIAL

Conforme exposto, o presente artigo se propõe a fazer uma revisão bibliográfica crítica e reflexiva dos documentos publicados referentes aos programas sociais voltados ao atendimento dos usuários de crack na cidade de São Paulo/SP. A pesquisa tem como fonte fundamental de informações aquelas obtidas através da comunicação social da prefeitura de São Paulo (SP), denominada Secretaria Especial de Comunicação, uma pesquisa realizada pela Plataforma Brasileira de Política de Drogas, um relatório produzido pela Adesaf - Associação de Desenvolvimento Econômico e Social às Famílias (organização não governamental responsável pela administração de um dos programas), além de notícias divulgadas em veículos de comunicação e demais fontes bibliográficas pertinentes para discorrer sobre o tema.

Para tanto, se faz necessário contextualizar o que são e qual a importância dos projetos e/ou programas sociais na sociedade brasileira contemporânea e para o Serviço Social. Esses são essenciais para a aplicação prática das políticas sociais e/ou para uma intervenção necessária em uma dada situação da realidade.

Isso são projetos e/ou programas configuram um dos meios pelo qual se executam as políticas sociais, como deixa claro a Política Nacional de Assistência Social de que um dos seus objetivos é “prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social

básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem” (PNAS, 2004, p. 27), à título de exemplo.

Não por acaso o Serviço Social tem atuação expressiva junto aos programas e/ou projetos sociais, considerando que as políticas sociais brasileiras estão direta e historicamente relacionadas ao Serviço Social no Brasil, uma vez que atuam no planejamento, elaboração e/ou execução das políticas, desde a gênese da profissão. Segundo Behring e Boschetti:

A conexão entre política social e Serviço Social no Brasil surge com o incremento da intervenção estatal, pela via de processos de modernização conservadora no Brasil [...] a partir dos anos 1930. Essa expansão do papel do Estado, em sintonia com as tendências mundiais após a grande crise capitalista de 1929, mas mediada pela particularidade histórica brasileira, envolveu também a área social, tendo em vista o enfrentamento das latentes expressões da questão social, e foi acompanhada pela profissionalização do Serviço Social, como especialização do trabalho coletivo. Há, portanto, um vínculo estrutural entre a constituição das políticas sociais e o surgimento dessa profissão na divisão social e técnica do trabalho (BEHRING E BOSCHETTI, 2009, p. 13).

Dada sua devida importância, seja das políticas sociais e conseqüentemente dos programas e projetos sociais, nos apoiaremos neste trabalho em políticas sociais específicas, sendo elas, principalmente, a assistência social e a saúde. Para tanto, avaliaremos dois programas sociais distintos mas que, possuem os mesmos objetivos e público alvo. Nos referimos aqui ao Programa de Braços Abertos e o Programa Redenção, dos quais falaremos mais detalhadamente ao longo da pesquisa. A escolha deles deu-se em função de possuírem objetivos idênticos, bem como correlação com as políticas de assistência social e saúde, porém, apesar das semelhanças, demonstrarem ser, pragmaticamente, programas bastante diferentes entre si. Isso porque são orientados por valores, princípios, técnicas e metodologias de trabalho incongruentes, tornando-se assim programas dignos de comparação. A intenção desse comparativo é investigar qual deles tem maior proximidade com os valores e princípios da profissão, além de indicar se foi possível obter resultados positivos ao longo dos anos de implementação.

DO HISTÓRICO E CONTEXTO SOCIAL DOS USUÁRIOS DE CRACK EM SÃO PAULO À IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE BRAÇOS ABERTOS (PDBA)

Desde a década de 1930², a região hoje popularmente conhecida como “Cracolândia”³, vinha sofrendo efeitos decadentes que culminaram na ocupação dessa área

² Informações obtidas a partir do relatório “Crack e outras drogas: o ineditismo e os resultados da política de redução de danos em São Paulo” (2017).

³ “Cracolândia” ou “terra do crack” é o termo utilizado para identificar determinada região da cidade de SP como o local central em que um aglomerado de pessoas faz uso da substância em um ritmo intenso e frequente. Tal região está localizada no centro da capital paulista, mais especificamente entre as imediações das avenidas

por usuários de crack a partir de 2000. Porém, desde a década de 1990, a região já abrigava usuários das mais variadas substâncias psicoativas⁴. De acordo com o relatório, diversos foram os fatores que levaram a decadência dessa região, contudo, podemos destacar principalmente dois deles: a mudança dos moradores de classe média para outras regiões mais estruturadas e que estavam em ascensão, o que gerou um aumento expressivo do número de cortiços e moradias irregulares na região; além da desativação do terminal rodoviário Praça Júlio Prestes em 1982, dando lugar ao então terminal do Tietê.

Além do abandono de um imóvel localizado no “coração” do bairro, a desativação da Estação Rodoviária acarretou o total esvaziamento dos hotéis, bares e outros pontos comerciais que viviam do intenso movimento de pessoas que por ali transitavam dia e noite, durante todo o ano. Em consequência, aos poucos, muitos daqueles singelos hotéis e pensões que hospedavam viajantes e prostitutas passaram a receber dependentes químicos, em busca de sossego e privacidade, para o consumo de entorpecente (ADESAF, 2017, p. 17).

Desde então, a região tem servido de abrigo e local de consumo crescente de pessoas usuárias de crack, principalmente. Tal situação levou o poder público a tomar iniciativas na intenção de conter esse fenômeno, conforme observado pelo “Relatório da Pesquisa de Avaliação Preliminar do Programa De Braços Abertos”:

Várias iniciativas foram tentadas pelos poderes públicos ao longo dos anos 1990 e 2000, tanto aquelas que tiveram o objetivo de reformular as características da região, como as reformas estruturais de edifícios como a Sala São Paulo, a Pinacoteca e o Museu da Língua Portuguesa como as operações performáticas do órgão de segurança pública municipal e estadual – das quais são exemplos a Operação Limpeza (2005), a Operação Dignidade (2007) e a Operação Sufoco (2012). Em comum, tais esforços apostaram numa mesma estratégia: repressão a esses sujeitos e revitalização do espaço urbano – o que, visto retrospectivamente, contribuiu tão somente para a consolidação de uma “territorialidade itinerante” [...] que ficou rotulada popularmente como “cracolândia”, sem efetivar melhorias nas condições de vida e de saúde dessas pessoas que permaneceram circulantes, em grande número, pelo local (PBPD, 2016, p.5).

Na contramão dessas investidas do poder público que apostaram em soluções imediatistas, repressoras e policiaescas para tratar de uma questão que, na verdade, é da ordem da saúde pública e social, em 2014 a prefeitura de São Paulo (SP), sob a gestão de

Duque de Caxias, Ipiranga, Rio Branco, Cásper Líbero, Rua Mauá e Estação Júlio Prestes, conforme informado pelo relatório “Crack e outras drogas”.

⁴ De acordo com Arbex Jr. (2003) apud Campos (2014), as substâncias psicoativas, ou drogas, podem ser classificadas em quatro tipos diferentes: as estimulantes que, como o próprio nome insinua, costumam acelerar os batimentos cardíacos dando a sensação de excitação e euforia em quem as consome (ex.: cocaína, cafeína, crack, anfetaminas, nicotina e moderadores de apetite); as depressoras, que afetam o sistema nervoso central de forma a deprimi-lo, o que causa, sobretudo, redução do ritmo cardíaco e confusão dos sentidos (ex.: opiáceos, álcool, e hipnosedativos, também conhecidos como ansiolíticos); as alucinógenas, que provocam distorção da realidade gerando alucinações (ex.: LSD, peiote, mescalina e maconha); e as inalantes, também depressoras do sistema nervoso central, causando reações como tontura, embriaguez e excitação (ex.: solventes como a cola ou a gasolina, nitritos voláteis e óxido nitroso, vulgarmente conhecido como “gás hilariante”).

Fernando Haddad⁵, iniciou um novo projeto para responder a essa demanda social urgente e preocupante: o Programa de Braços Abertos (PDBA).

O PDBA⁶ foi instituído mais precisamente em janeiro de 2014, fruto do trabalho conjunto e articulado entre secretarias fundamentais no enfrentamento da questão, tinha como objetivo “a promoção da reabilitação social de pessoas em situação de rua, usuárias de drogas, em extrema vulnerabilidade na região popularmente conhecida como “Cracolândia”” (ADESAF, 2017, p. 36), por meio de ações pautadas em diretrizes como a redução de danos, a garantia de direitos e acesso a serviços e ações socioassistenciais.

Alguns dos resultados obtidos com a implementação do programa foram observados no “Relatório da Pesquisa de Avaliação Preliminar do Programa ‘De Braços Abertos’” já mencionado anteriormente, de forma quantitativa e qualitativa. Dos muitos resultados elencados na pesquisa, foram selecionados aqueles que, na visão da pesquisadora, são primordiais para avaliar a qualidade do programa e o avanço conquistado por meio dele.

Em relação à pesquisa quantitativa, demonstraremos aqui de forma bastante resumida os principais resultados obtidos, uma vez que seria impossível expor a íntegra por ser extensa e detalhada. Dessa forma, a pesquisa considerou os seguintes tópicos: **1) Qualidade de vida e satisfação pessoal**, em que foi apresentada uma série de questões sobre a vida pessoal de forma geral por meio de perguntas relacionadas a relações familiares, situação econômica, trabalho, saúde física, capacidade para o trabalho e diversão, etc., em que os entrevistados, em sua maioria, demonstraram estar mais satisfeitos do que insatisfeitos, já que dentre as dezesseis perguntas realizadas, doze tiveram respostas de “frequentemente satisfeitos” acima de 50%, como é o caso da pergunta relacionada ao trabalho que teve 65,8% dos entrevistados indicando que estavam satisfeitos; **2) Qualidade de vida (alimentação e diversão)**, em que questionou-se a respeito de sua alimentação e lazer, sendo o resultado de 55% satisfeitos com a qualidade da alimentação, e em relação a diversão foi possível evidenciar que as mais frequentes atividades de lazer estão relacionadas às confraternizações e mídias de entretenimento; **3) Uso de substância psicoativas**, em que a pesquisa intentou descobrir qual a era a frequência de uso e se o programa havia tido algum impacto sobre ele, chegando a respostas de que o uso problemático entre essa população é realmente mais agressivo do

⁵ Fernando Haddad venceu as eleições para a Prefeitura de São Paulo de 2012 com 55,57% dos votos válidos (3.387.720 votos) no segundo turno, ficando à frente da gestão entre 1º de janeiro de 2013 e 1º de janeiro de 2017.

⁶ É de suma importância notarmos que o programa visava recuperar a dignidade e cidadania das pessoas usuárias de crack, garantindo suas condições mínimas de sobrevivência (por meio da alimentação e moradia, por exemplo), entendendo que somente assim é possível reintegrar esses sujeitos ao convívio em sociedade de forma harmoniosa, bem como superar o uso abusivo da substância, que, em muitos casos, é causado justamente pela ausência dessas condições e acesso a direitos básicos.

que a população em geral e que 65% dos entrevistados afirmaram ter reduzido o uso de crack, além de 50% terem reduzido o consumo também de tabaco e cocaína aspirada; **4) Acesso a serviços de saúde**, em que se apurou que 51% dos usuários haviam feito algum tipo de tratamento para uso problemático de drogas, nas mais diversas instituições; **5) Rede de apoio**, em que a pesquisa buscou saber se os usuários possuíam amigos e/ou parentes com quem pudessem contar em alguma dificuldade, apurou-se que 64% deles possuíam um ou mais parentes íntimos e 53% tinha um ou mais amigos com quem pudessem contar; **6) Estado, Segurança e Justiça**, aqui a pesquisa investigou como os usuários enxergavam e se relacionavam com a segurança e justiça, questionando-os como avaliavam as equipes do PDBA e do programa recomeço do governo estadual, a polícia, guardas, entre outros agentes públicos, entre outras questões, chegando à conclusão de que 39% dos usuários sentiam medo de sofrer violência sempre ou quase sempre, 26% às vezes e 35% nunca, sendo esse medo causado por qualquer pessoa (55% das respostas), da polícia (30%) e de outros usuários e/ou traficantes (19%), os usuários também avaliaram positivamente as equipes do PDBA e do programa recomeço, ao passo que criticaram imensamente a guarda municipal. Em relação a documentação pessoal 67% deles possuíam RG, 53% possuíam CPF e 39% a carteira de trabalho. A pesquisa demonstrou também que 40% dos beneficiários do programa estavam inscritos e recebiam algum outro benefício social, sendo 30% deles provenientes do bolsa família; **7) Avaliação do PDBA**, aqui a pesquisa procurou saber qual era a percepção que os usuários tinham do programa, obtendo que 95% deles avaliavam que o PDBA teve impacto positivo ou muito positivo em suas vidas, sendo que 76% dos usuários estavam em alguma frente de trabalho ofertada pelo programa e 76% dos que trabalhavam avaliaram as frentes como ótimas ou boas e 65% avaliaram as condições de trabalho da mesma maneira. Em relação à estrutura dos hotéis em que moravam 46% avaliaram as instalações como boas ou ótimas e 36% como ruins ou péssimas. Foram questionados também sobre suas relações com outros usuários do programa e 63% avaliaram positivamente tais relações. O auxílio refeição era recebido por 88% dos usuários e 49% deles avaliavam a qualidade da alimentação como boa ou ótima e 18% como ruim ou péssima, já a avaliação da estrutura e higiene dos locais onde eram oferecidas as refeições foram avaliadas como boa ou ótima por 63% dos usuários e como ruim ou péssima por 20%. Já no que diz respeito ao atendimento recebido pelas equipes de saúde foram avaliadas como bom ou ótimo por 75% dos usuários e de assistência social como bom ou ótimo também por 75% deles. Os usuários também citaram aquilo que consideravam como principais aspectos positivos do programa, tendo a moradia representando 38% das respostas, ter trabalho e renda com 37% e o apoio, recuperação e assistência da equipe correspondendo a 34% das respostas. Os usuários também foram questionados sobre os

aspectos negativos do programa, sendo que das respostas 19% disseram que nada poderia ser considerado negativo, 16% citaram problemas de coordenação, regras e controle, principalmente nos hotéis de moradia, e 13% se referiram a qualidade e localização dos hotéis como principais aspectos negativos. Dessa forma, foram questionados sobre o que poderia ser melhorado no programa, obtendo-se que 49% dos usuários gostariam de melhores condições e remuneração de trabalho, ou seja, que fosse de carteira assinada e recebessem mais pela atividade que exerciam e 31% citaram a localização e condições dos hotéis.

No tocante à avaliação dos entrevistados em relação ao programa, destaca-se em seus relatos críticas relacionadas à moradia nos hotéis, pois de todos os serviços ofertados certamente era o que apresentava mais precariedade, o reconhecimento da redução do consumo de crack e o quanto isso trouxe melhoras ao quadro de saúde e suas relações interpessoais, sugestões de que houvessem divisões entre hotéis para famílias e pessoas solteiras e, o principal, o reconhecimento de que o programa oferece condições, ainda que possam e devam ser melhoradas, de dignidade e sobrevivência ao oferecer comida, abrigo e assistência aos usuários, o que eles consideram uma grande “ajuda” e um passo necessário para sua própria recuperação. Houve quem demonstrasse preocupação com o término do programa devido esse ser meramente governamental.

Com base nessas declarações, resultados e diretrizes do programa, é possível afirmar que o PDBA foi uma iniciativa inovadora do poder público no trato da questão. Não somente por ter tido um enfoque diferente de todas as ações implementada anteriormente, considerando essa população enquanto cidadãos e sujeitos de direitos, mas também, pelos esforços e articulações empreendidos e pela forma de organização pioneira. O que não invalida as várias questões, críticas e sugestões que demandavam atenção e prováveis reajustes por parte da prefeitura de SP.

O FIM DO PDBA E INÍCIO DO PROGRAMA REDENÇÃO:

seu desenvolvimento e atuação até os dias atuais

Com as eleições de 2016 para nova gestão da prefeitura de São Paulo, o candidato João Doria foi eleito com a maioria dos votos (53,29% dos votos) no primeiro turno. Desde os debates eleitorais, Doria já se mostrava decididamente contrário ao PDBA, com severas críticas ao programa, alegando que incentivava o consumo e apelidando-o pejorativamente de “Braços Abertos para a Morte”⁷.

⁷ Ver mais em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/doria-encerra-bolsa-varricao-criada-por-haddad-na-cracolandia.shtml>.

Ao ganhar as eleições, anunciou que o PDBA seria extinto e que um novo programa para tratar da situação dos usuários de crack seria inaugurado e implementado no segundo semestre de 2017⁸. O desmonte do programa anterior começou logo quando assumiu a gestão, com início fechamento gradual dos hotéis e pensões, rescisão dos contratos de trabalho e desocupação dos locais, deixando em suspenso o que, de fato, seria oferecido aos antigos beneficiários, sem uma transição efetiva entre os programas.

Antes da prefeitura fornecer qualquer indício de qual e quando exatamente o programa que substituiria o PDBA seria implementado e quais seriam suas diretrizes e intencionalidades, a “Cracolândia” foi alvo de uma ação policial ostensiva e violenta. Em 21 de maio de 2017, com o objetivo pôr um fim nela, em torno de novecentos policiais fortemente armados invadiram o local, prendendo trinta e oito traficantes. No final da operação, só o que restou foram destroços do confronto, o esvaziamento do local e a dispersão dos usuários. Conforme demonstram as reportagens consultadas, para as gestões do governo do estado e do município de SP, a “Cracolândia” acabou, porém, o que se constatou foi que essa se espalhou e mudou de lugar. Houve clamor popular dos usuários, movimentos sociais e órgãos dos direitos humanos gerando ações judiciais perpetradas pelo Ministério Público e a Defensoria Pública, bem como pedido de afastamento do cargo pela própria secretária da pasta de direitos humanos e cidadania após a ação. Por fim, a prefeitura também entrou com pedido na justiça que autorizasse a internação compulsória de usuários de crack, tendo o pedido atendido, mas não sem a oposição do Ministério Público que posteriormente conseguiu revogar tal decisão.

Em agosto de 2017, meses após a operação, a Organização das Nações Unidas (ONU) enviou uma carta ao governo brasileiro apontando diversos problemas e críticas às operações realizadas e a política adotada para a “Cracolândia”, solicitando esclarecimentos. Segundo notícia divulgada pelo Estadão, partes da carta indicavam o seguinte:

O novo prefeito anunciou que ela (Cracolândia) seria eliminada até o fim de seu mandato”, destaca a carta. Os relatores dizem que, apesar das promessas de programas sociais, uma nova operação aconteceu em maio na mesma região. “A polícia prendeu a todos que resistiram” [...] e apontam “uso desproporcional da força. “Nos dias seguintes à intervenção da polícia, centenas de pessoas, incluindo crianças e idosos, foram deixados desabrigados, sem acesso a serviços essenciais. Nenhuma acomodação foi oferecida”, afirma o texto (*O Estado de São Paulo*, 21 fev. 2018).

Sendo assim, a prefeitura de SP, em meados de 2017, implantou o Programa Redenção, resultado da articulação das secretarias de Saúde, Assistência e Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e Cidadania, Urbanismo e Licenciamento,

⁸ As fonte de todas as informações aqui contidas podem ser consultadas aqui: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/veja-o-que-aconteceu-nos-ultimos-sete-dias-na-cracolandia.ghtml> e <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/01/26/gestao-doria-comeca-a-fechar-hoteis-do-programa-de-bracos-abertos.htm>.

Habitação e Segurança Urbana, principalmente. Tendo como diretrizes básicas internação para desintoxicação, redução de danos e/ou promoção da abstinência, rede de comunidades terapêuticas, encaminhamento de ex usuários para o “Trabalho Novo”, revitalização das áreas urbanas por meio de ações de limpeza nos locais com apoio policial, entre outras. A política de trabalho antes adotada pelo PDBA foi substituída pelo “Trabalho Novo” que, segundo matéria da *Folha de São Paulo* (2018), foi alvo de críticas que questionaram sua efetividade considerando que as exigências do mercado da iniciativa privada fazem está aquém do possível para esse público. A matéria também expôs que de sessenta e três beneficiários do programa, apenas onze participaram da seleção e dos quatro contratados, nenhum passou do período de experiência, pois o padrão exigido não contemplava seu perfil.

Em relação à estratégia adotada de abstinência e internação, “das 734 internações já concluídas ou interrompidas, só 122 (17%) delas foram levadas até o fim”, sendo que “a maior parte das internações (536, equivalente a 73%) foi interrompida a pedido do paciente [...] há 76 altas em outras categorias, que incluem transferências e até fuga das clínicas” (*Folha de São Paulo*, 08 ago. 2017).

Apesar disso, a Prefeitura negou as críticas e informou em novembro de 2017 que:

O Programa Redenção, implementado pela Prefeitura de São Paulo na região da Luz, no Centro de São Paulo, com o objetivo de resgatar e oferecer tratamento aos dependentes químicos, completa nesta terça-feira (21) seis meses de sua primeira intervenção com mais de 2.300 internações e quase 300 mil atendimentos em quatro unidades dos ATENDEs, que, juntos, contam com mais de 1.000 vagas. Trata-se do mais amplo programa de atenção e atendimento a dependentes químicos e enfrentamento do crack já existente na cidade (*Secretaria Especial de Comunicação*, 11 nov. 2017).

Ante o exposto, a política adotada a partir de 2017 e que, desde abril de 2018, tem o vice-prefeito Bruno Covas à frente da atual gestão, tem apostado em uma atuação com foco higienista, desconsiderando os apelos, vontades e perfil dos usuários e dos movimentos de apoio a esse público, retomando a antiga e ineficaz forma de combate por vias policiais e repressivas que acabam por criar animosidade, descontentamento e desconfiança dos usuários em relação ao poder público, afastando estes dos serviços e profissionais que tentam enfrentar esta questão complexa.

CONCLUSÃO

A partir dos dados apresentados e da discussão realizada até aqui, podemos inferir que existem diferenças significativas em relação aos dois programas expostos. Pontuaremos, assim, algumas das principais questões e as mais importantes para o Serviço Social e seu projeto ético-político.

Assim, sob tal perspectiva, parece evidente qual dos programas está mais alinhado às defesas do projeto ético-político. Nos utilizaremos dos princípios, defesas e proibições estabelecidos em nosso código de ética para fazer essa discussão. Primeiramente considerando a “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo” e o “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática” (CEP, 2011, p. 23), as ações executadas pela prefeitura de SP no início de 2017 somadas a extinção e não implementação de programas sociais vigentes para atender a população à época, vão de encontro a tais princípios fundamentais da profissão, o que conta negativamente aos primeiros passos da gestão que deu início ao Programa Redenção.

Já em relação aos princípios de “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” e “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras” (CEP, 2011, p.23), se alinham às diretrizes e ações executadas pelo PDBA. Em função de ter sido um programa que se utilizou da política de redução de danos para lidar com o uso abusivo de substância dos usuários, respeitando suas condições, escolhas e favorecendo sua autonomia dando-lhes voz e protagonismo na tomada de decisões sobre suas vidas nesse processo de recuperação, ao contrário da política de internação adotada pelo Redenção, que chegou a considerar até mesmo internações compulsórias para os usuários. Além disso, o PDBA ampliou e garantiu direitos e cidadania a uma população até então invisibilizada e sofrida, por meio do acesso à moradia e alimentação diária e sendo pioneiro em incluir o trabalho remunerado que considerava o perfil dos usuários, estabelecendo rotinas e compromissos exequíveis para um grupo de pessoas que já não se via mais em condições de estar nesse lugar, promovendo maior dignidade.

Outro fator favorável ao PDBA é o diálogo que se estabeleceu, desde o processo anterior à implantação do programa, com os usuários e lideranças locais para a construção do mesmo, entendendo suas demandas e questões, o que dialoga com um dos deveres do assistente social de “contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais” (CEP, 2011, p. 29).

É notório que o PDBA foi um programa inovador no país em relação a todas as outras tentativas de lidar com a questão até então. Porém, por ter sido um programa ainda incipiente, tendo duração de apenas dois anos, não foi possível obter resultados mais eficazes dada a complexidade das questões que tratava, o tempo necessário para haver

mudanças significativas e o investimento necessário que ainda deveria ocorrer para avançar mais. É bastante provável que, com as devidas melhorias e a continuidade do programa na íntegra, mais objetivos e resultados tivessem sido obtidos.

REFERÊNCIAS

ADESAF (São Paulo). **Crack e outras drogas: o ineditismo e os resultados da política de redução de danos em São Paulo**. São Paulo: Associação de Desenvolvimento Econômico e Social às Famílias, 2017.

AMÂNCIO, Thiago. Promotora convoca equipe de Doria para explicar ação na cracolândia. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 04 out. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/10/1924197-promotora-convoca-equipe-de-doria-para-explicar-acao-na-cracolandia.shtml>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

AMÂNCIO, Thiago; GRAGNANI, Juliana. Apenas 17% concluem internação em ação anticrack da gestão Doria. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 08 ago. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/08/1908040-apenas-17-dos-pacientes-concluem-internacao-em-acao-anticrack-de-doria.shtml>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: Fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 287 p.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. 60 p.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações, 1988.

_____. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS / Norma Operacional Básica - Nob/suas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome / Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2019.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. **Geografia política das drogas ilegais**. São Paulo: JH Mizuno, 2014.

CHADE, Jamil; DIÓGENES, Juliana. ONU diz que ação na Cracolândia agrava exclusão social. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo. 21 fev. 2018. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,onu-diz-que-acao-na-cracolandia-agrava-exclusao-social,70002198813>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO (Brasil). Sem resolver a cracolândia, Covas quer mix de moradia e terapia para usuário. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 29 abr. 2019. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/sem-resolver-a-cracolandia-covas-quer-mix-de-moradia-e-terapia-para-usuario.shtml>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

G1 (São Paulo). Doria deixa Prefeitura de SP após 15 meses; vice Bruno Covas assume. **G1**. São Paulo. 06 abr. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/doria-deixa-prefeitura-de-sp-apos-15-meses-vice-bruno-covas-assume.ghtml>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

_____. Veja o que aconteceu nos últimos sete dias na Cracolândia. **G1**. São Paulo. 28 maio 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/veja-o-que-aconteceu-nos-ultimos-sete-dias-na-cracolandia.ghtml>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

MACHADO, Lívia. Seis meses após ação na Cracolândia, usuários e funcionários reclamam de precarização no atendimento. **G1**. São Paulo. 23 nov. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/seis-meses-apos-acao-na-cracolandia-usuarios-e-funcionarios-reclamam-de-precarizacao-no-atendimento.ghtml>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

MARTINS, Elisa; SOUTO, Luiza. Um ano após ação polêmica da prefeitura de SP, Cracolândia sofre com nova crise. **O Globo**. Rio de Janeiro. 07 maio 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/um-ano-apos-acao-polemica-da-prefeitura-de-sp-cracolandia-sofre-com-nova-crise-22658891>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

MENGUE, Priscila. Gestão Doria começa a fechar hotéis do programa De Braços Abertos. **Uol**. São Paulo. 26 jan. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/01/26/gestao-doria-comeca-a-fechar-hoteis-do-programa-de-bracos-abertos.htm>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. [s.i.]: ONU, 1948. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 30 out. 2017.

RODRIGUES, Artur. Justiça veta remoção de usuários à força e limita opções de Doria. Folha de São Paulo. São Paulo. 28 maio 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1888160-justica-suspende-liminar-que-permitia-doria-recolher-usuarios-a-forca.shtml>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

RUI, Taniele; FIORE, Maurício; TÓFOLI, Luís Fernando. **Pesquisa Preliminar de avaliação do Programa “De Braços Abertos”**. Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD) / Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM). São Paulo. 2016.

SÃO PAULO. Secretaria Especial de Comunicação. Prefeitura Municipal de São Paulo. Prefeitura de SP divulga principais diretrizes do projeto Redenção. **Cidade de São Paulo**. São Paulo. 26 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-de-sp-divulga-principais-diretrizes-do-projeto-redencao>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

_____. Secretaria Especial de Comunicação. Prefeitura Municipal de São Paulo. Programa Redenção completa seis meses com mais de 2.300 internações. **Cidade de São Paulo**. São Paulo. 21 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/programa-redencao-completa-seis-meses-com-mais-de-2-300-internacoes>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

SOUTO, Luiza. Sob críticas, ações na Cracolândia em SP completam três meses. **O Globo**. Rio de Janeiro. 21 ago. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/sob-criticas-acoes-na-cracolandia-em-sp-completam-tres-meses-21729180>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

ZYLBERKAN, Mariana. Doria encerra 'bolsa varrição' criada por Haddad na cracolândia. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 03 mar. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/doria-encerra-bolsa-varricao-criada-por-haddad-na-cracolandia.shtml>>. Acesso em: 29 abr. 2019.